

Editorial

É com muita satisfação que apresentamos o número 8 do Volume 4 (2019) da Revista Estudos Aplicados em Educação, com o apoio e parcerias indispensáveis para a sua conclusão. O presente número conta com doze artigos do Dossiê “Políticas e gestão da educação básica: a democracia como centro do atual debate educacional” e mais quatro artigos recebidos em fluxo contínuo.

A construção de um projeto democrático de sociedade passa necessariamente pelo compromisso político com o direito de todos a uma educação pública, laica e de qualidade social. Essa tem sido a tônica dos debates e das lutas dos educadores, acadêmicos e pesquisadores brasileiros, comprometidos com a redução das profundas desigualdades sociais do país e com a eliminação de qualquer tipo de violência e discriminação em razão de classe social, sexo, gênero ou origem étnico-racial.

Os marcos legais da Constituição Federal de 1988 colocaram no horizonte não apenas a redemocratização política da sociedade brasileira, mas a ampliação de direitos fundamentais de seus cidadãos e de muitos avanços civilizatórios tardiamente considerados pelas políticas públicas, especialmente as do campo educacional.

Tensões e disputas entre diferentes projetos de sociedade e de educação fazem parte do jogo e da normalidade da vida democrática. Contudo, o avanço de uma (nova) onda conservadora – no Brasil e no mundo - que ameaça direitos sociais arduamente conquistados e, inclusive, se insurge contra o conhecimento científico e o pensamento crítico, reacende o debate sobre o papel e a responsabilidade da universidade e dos pesquisadores em tempos sombrios.

Em meio a esse contexto, a linha de pesquisa de Políticas e Gestão da Educação Básica do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) organizou, no segundo semestre de 2018, o “*I Seminário de Políticas e Gestão Educacional: projetos, tensões e perspectivas no cenário brasileiro atual*”. As questões discutidas no referido evento suscitaram debates que procuramos ampliar e aprofundar com a organização do dossiê temático da Revista de Estudos Aplicados em Educação – REAe, com a participação dos professores doutores Paulo Sérgio Garcia, Nonato Assis de Miranda e Sanny Silva da Rosa do PPGE da USCS, e também as professoras Angela Maria Martins do PPGE da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e Sandra Zákia Sousa da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

Os doze textos reunidos no Dossiê discutem as tensões, incertezas e possíveis encaminhamentos de políticas educacionais que, direta ou indiretamente, afetam as práticas de gestão e pedagógicas das escolas de educação básica de todo o país. Estão representadas neste dossiê pesquisas realizadas em universidades localizadas em diversos estados brasileiros: Mato Grosso do Sul; Goiás, Amazonas, Paraná, Piauí; Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte. Em seu conjunto, a democratização da escola pública está no centro das preocupações dos pesquisadores que contribuíram para a concretização deste projeto, organizado em três blocos.

O primeiro bloco é composto por cinco trabalhos que abordam mudanças nas políticas do governo federal, com impactos nos sistemas estaduais e municipais de ensino. O trabalho das pesquisadoras Andressa Braga Busmeyer Fernandes, Camila Maria Bortot e Maria Nilvane Fernandes trata sobre “*O Financiamento da Educação Infantil: em foco o Fundeb e os desdobramentos com o fim da vigência da lei*”. As pesquisadoras advertem que a não renovação da lei do Fundeb representa uma ameaça a já precária qualidade da educação infantil e comprometerá

o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) para essa etapa da educação básica. No artigo *“A Concepção de Alfabetização Em Programas Federais: Tensões E (In)Certezas Da Política Nacional De Alfabetização (2016-2019)”*, as autoras Silvia Cristiane Alfonso Viedes, Sandra Novais Sousa e Maria Alice de Miranda Aranda apontam que a reconfiguração das políticas nacionais de alfabetização realizadas, em 2019, resultou de inflexões que deslocaram a ênfase da aprendizagem para o ensino, antecipando a alfabetização para o 1º ano do ensino fundamental. Ainda neste bloco, o artigo *“Mecanismos da Gestão Democrática da escola expressos nas normas educacionais brasileiras”*, de autoria de Andréia Vicência Vitor Alves, Jonata Cristina dos Santos, faz uma revisão bibliográfica desse conceito, concluindo que os princípios da gestão democrática conflitam com a noção de meritocracia estabelecida nas metas do PNE (2014-2024) referentes à gestão escolar.

O tema da militarização das escolas públicas é tratado em dois outros trabalhos do primeiro bloco. As pesquisadoras Maria Abádia da Silva e Edileuza Fernandes da Silva abordam essa questão no artigo *“Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa”*, mostrando que esse projeto confronta-se com o princípio democrático da educação brasileira e enfraquece a atuação dos diretores na gestão do projeto político-pedagógico das escolas. Na mesma direção, os autores Fabiane Maia Garcia, Arminda Rachel Botelho Mourão, Sebastião Juvencio Rumbane e Janderson Gustavo Soares de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas, em coautoria com Sebastião Juvêncio Rumbane da Escola de Jornalismo de Moçambique, analisam os impactos da administração militar em uma escola do estado do Amazonas no artigo *“Passos e descompassos da gestão no contexto da militarização das escolas públicas de Manaus”*.

A preocupação com a gestão democrática é abordada em três outros artigos que analisam essa temática no contexto das políticas educacionais implementadas nos estados. Compõem esse segundo bloco, os trabalhos de Edna Santos de Jesus, Mary Adriana dos Santos Evangelista e Rodrigo da Silva Pereira, autores do artigo *“Análise dos marcos legais da gestão democrática nas escolas públicas estaduais da Bahia”*; o artigo *“O sentido de participação nas escolas públicas estaduais do município de Assu/RN: possibilidades de construção democrática”*, de autoria de Maria da Conceição Fonseca e Arilene Maria Soares de Medeiros; e, ainda, o trabalho intitulado *“A Reforma Educacional no sistema estadual de ensino de Goiás: as contradições do processo de responsabilização na gestão da escola e no trabalho do diretor”* dos pesquisadores Luis Gustavo Alexandre da Silva e Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira.

Compondo o terceiro e último bloco do dossiê, quatro trabalhos referem-se a políticas educacionais implementadas em esferas municipais. O artigo *“Legislações municipais sul-rio-grandenses e suas interpretações acerca da gestão democrática”*, de autoria de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, evidencia a ausência de regulamentação da gestão democrática nas redes públicas de ensino dos 45 municípios pesquisados. Os pesquisadores Ari Raimann e Fátima Almeida Baraúna, autores do artigo *“Conselho Municipal de Educação e a gestão democrática em municípios goianos*, concluem que apesar da incorporação de uma diversidade de representações nos CMEs dos três municípios pesquisados, a capacidade desse órgão colegiado de articular interesses e demandas dos segmentos da sociedade civil é ainda bastante limitada. As autoras do artigo *“Proposições do Plano Municipal de Educação de Jataí/GO: incertezas para a formação e trabalho docente”*, Belarmina Vilela Cruvinel, Camila Alberto Vicente de Oliveira e Egeslaine de Nez, indicam que as metas do plano analisado estão longe de serem atingidas e que dificilmente contribuirão para uma política comprometida com uma educação de qualidade socialmente referenciada. Por fim, as pesquisadoras Jacyara Caroline da Costa Osório e Ana Valéria

Marques Fortes Lustosa apontam no artigo *“A política de inclusão escolar na perspectiva do professor da classe comum do município de Oeiras-PI: desafios e dilemas”* que, para que uma efetiva inclusão venha a ocorrer nas classes comuns, é necessário investimento em políticas públicas que ofereçam suporte aos docentes e criem condições estruturais para atender os alunos com necessidades especiais.

Diante de cenários tão pouco animadores, reforça-se a constatação de que as carências observadas nesses estudos testemunham o descuido histórico do Estado brasileiro com os direitos fundamentais de seus cidadãos. Ao darmos visibilidade, no dossiê, às pesquisas que vêm sendo realizadas por pesquisadores de diferentes regiões brasileiras, procuramos contribuir com o debate sobre os persistentes desafios enfrentados pelos profissionais de educação, agravados não apenas pela tradicional cultura de descontinuidade das políticas públicas, mas também pelas ameaças de retrocesso que hoje rondam a educação do país.

Na sequência dos artigos do Dossiê, trazemos quatro artigos. O primeiro, intitulado *“Educação escolar indígena: a cultura e a história do povo borari na escola indígena de Alter do Chão”*, dos autores Jecilaine Ferreira Silva e Gilberto César Lopes Rodrigues, discute por que uma escola indígena, localizada no território Borari de Alter-do-Chão, no Pará, não incorpora a história desse povo no ensino da disciplina de História nos anos iniciais do ensino fundamental. Uma das principais razões apontadas pelos pesquisadores é o não reconhecimento da escola como uma escola indígena e a presença ainda muito forte de metodologias e conteúdos de ensino tradicionais, que não levam em conta o contexto histórico social e cultural local existente.

No segundo artigo, *“Autoavaliação dos graduandos de Pedagogia sobre seu desempenho acadêmico no decorrer do curso”*, as autoras Sônia Aparecida Belletti Cruz e Ana Flavia Moraes da Silva defendem a prática da autoavaliação como importante instrumento para o graduando refletir e se conscientizar sobre sua responsabilidade para com a formação profissional que escolheu, a partir de resultados de uma pesquisa que analisou as opiniões de estudantes dos 6º e 7º períodos do curso de Pedagogia da Universidade Paulista-Araraquara-SP, sobre seu desempenho acadêmico no decorrer do curso.

No terceiro artigo, *“As contribuições da neurociência por meio de projetos de incentivo à leitura nos primeiros anos de escolarização”*, Silvana Lúcia Costabeber Guerino e Janaína Pereira Pretto Carlesso discutem sobre as contribuições da Neurociências para a Educação, mais especificamente nos primeiros anos da escolarização, com incentivos que estimulam o cérebro das crianças, promovendo a construção de saberes que conduzem a uma postura crítico-reflexiva, essenciais para a formação do sujeito.

No quarto artigo, *“As regras da prática pedagógica no currículo de Ciências na educação de jovens e adultos: uma leitura baseada em Basil Bernstein”*, Débora Silveira Barros Bezerra e Benedito Eugenio, à luz dos estudos sociológicos de Basil Bernstein sobre o discurso pedagógico, analisam a prática pedagógica do professor de Ciências em turma de Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de identificar regras da prática pedagógica presentes no discurso pedagógico e materializado no currículo de Ciências na sala de aula da EJA - Tempo Juvenil.

Esperamos que a leitura de todos os trabalhos reunidos neste volume renove, nos leitores, a disposição de continuarem engajados na luta pela construção de uma sociedade mais justa e democrática por meio da educação.

Os organizadores do Dossiê e os editores da REAe